

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO EMPRESARIAL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIAS DA COMARCA DE LONDRINA - PARANÁ

AUTOS N°: 0070746-87.2024.8.16.0014/PR; RESPEITÁVEL JUIZ DE DIREITO DR. EMIL TOMÁS GONÇALVES; RESPEITÁVEIS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO

RESPEITÁVEIS ASSESSORES E SERVENTUÁRIOS DA 11º VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO EMPRESARIAL DA COMARCA DE LONDRINA/PR; RESPEITÁVEL ADMINISTRADOR JUDICIAL; RESPEITÁVEIS PROCURADORES HABILITADOS NOS AUTOS.

PETIÇÃO URGENTE - CUMPRIMENTO DE DECISÃO E APLICAÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS

jurídica de direito privado, devidamente qualificada nos autos, no curso do processo de recuperação judicial em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 6°, 49, §3° e 50 da Lei 11.101/2005, bem como na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), requerer, com urgência, a RESTITUIÇÃO IMEDIATA DOS VEÍCULOS ESSENCIAIS à sua atividade, apreendidos indevidamente, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:







PARANÁ:





I. DOS FATOS

No bojo da Ação de Busca e Apreensão nº 1004204-56.2025.8.26.0564, em trâmite perante a 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP, promovida pelo Scania Banco S/A, foi proferida decisão revogando a liminar de busca e apreensão do bem de propriedade da recuperanda. Na referida decisão, o magistrado determinou a imediata devolução do caminhão apreendido no prazo de 24 horas, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) diários, até o efetivo cumprimento da ordem judicial.

Entretanto, apesar de devidamente notificado, o Scania Banco S/A permanece inerte e se recusa a devolver o bem, impedindo a recuperanda de retomar suas atividades econômicas de forma regular. Tal conduta configura descumprimento deliberado de ordem judicial, o que compromete a execução do plano de recuperação e gera prejuízos irreparáveis à continuidade empresarial da requerente.

Ademais, cabe destacar que, na data de ontem, 11.03.2025, foi realizado despacho com o Juiz da 7ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP, que revogou a liminar de busca e apreensão,











contudo, o caminhão encontra-se atualmente em local de leilão, o que agrava ainda mais a situação da empresa.

O descumprimento da decisão proferida pelo TJSP, além de comprometer a segurança jurídica, revela conduta litigante de má-fé do credor fiduciário, que resiste injustificadamente ao cumprimento da ordem judicial.

Outrossim, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração a Vossa Excelência, aos Assessores e Serventuários deste Nobre Juízo.

Nestes termos, pede deferimento.

De Maringá/PR. para Londrina/PR, 12 de março de 2025

Cláudio Antonioli

OAB/PR 67.796

Marcelo Alves de Oliveira Chaul

OAB/DF 39.519

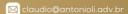
Mário Antônio Canôas de F. Souza

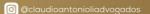














OAB/PR 128.389

II. ANEXOS

I. DOC.01 - Manifestação SP

II. DOC. 1.1 - Protocolo SP,

III. DOC. 02 - DECISÃO SP







